
Reunião Ordinária – Ata nº 02/2012

Data – 2012-01-23

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 00.00 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatós dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho
Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês

Assistente Técnica – Ana Maria Eugénio Fernandes



Resumo Diário da Tesouraria de 20-01-2012:

a) Dotações Orçamentais €1.483.840,13
b) Dotações não Orçamentais €131.820,27

Total das Disponibilidades €1.615.660,40



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Antes de dar início ao período de intervenção aberto ao público, a Presidente da Câmara começou por esclarecer os munícipes que se encontravam presentes, sobre as regras de funcionamento das reuniões de Câmara, nomeadamente a diferença entre reunião pública e não pública.

Explicou que esta reunião em concreto não é pública, como tal, dita a regra, que os assuntos em agenda não serão discutidos na presença de público.

Os munícipes poderão apresentar as suas questões e posteriormente terão de abandonar a sala, para que a Câmara prossiga com os seus trabalhos.

Referiu que há uma reunião por mês que é pública, que os munícipes podem presenciar, muito embora não possam intervir na discussão. Essa discussão, só é permitida no período de intervenção aberto ao público.

Sendo esta uma reunião não pública, esclareceu os munícipes presentes, que a Câmara irá ouvi-los de novo e juntar os seus argumentos à discussão da proposta que farão em privado.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Presente Isabel António, residente em Abrançalha de Cima, para saber se já era possível obter resposta às questões que colocaram na reunião anterior, sobre a proibição de estacionar naquela localidade.

Começou por questionar que tipo de análise lógica e objetiva foi feita por parte da Câmara para a colocação de sinalização de proibição de estacionar naquela parte da localidade, assim como qual a posição da Câmara para a remoção da mesma, tendo em conta que já foram entregues dois abaixo-assinados, já estiveram duas vezes presentes na reunião e que está bastante claro a posição dos moradores sobre este assunto.

Referiu que tem sido caricata a atuação da Câmara, pelo facto de constantemente estar a colocar e a retirar os sinais e questionou se a Senhora Presidente da Câmara ou os senhores vereadores estão a ser alvo de alguma coação, porque só assim consegue perceber a relação privilegiada que está a existir entre um morador e a Câmara, em prejuízo dos interesses dos restantes moradores.

A Presidente da Câmara começou por referir que existe um problema que está perfeitamente identificado e que todo o trabalho técnico, que está a ser feito por parte do serviço de trânsito da Divisão de Serviços Urbanos da Câmara, tem vindo a ser acompanhado pela GNR, que inclusivamente já entregou um relatório, o qual faz parte da matéria que hoje está presente para discussão, pelo que de momento não iria dizer mais nada, uma vez que não pode antecipar a deliberação da Câmara sobre este assunto.

A munícipe Isabel António voltou a usar da palavra, para dizer que apenas existe uma queixa de um morador contra o estacionamento do camião, no entanto os restantes moradores já disseram por mais do que uma vez, que o facto de o camião estar estacionado naquele local, não provoca qualquer ruído extra, além do manuseamento do mesmo não ter provocado até à data qualquer acidente. Referiu que não entende porque é que a Câmara insiste em dar seguimento à queixa de um morador prejudicando os restantes moradores.

A Presidente da Câmara voltou a frisar que não é a Câmara e repetiu que existe um relatório da GNR que atesta o diferendo existente e que coloca condições para que haja segurança, nomeadamente para os utilizadores daquela via.

Falou também Maria Irene António, alegando irregularidades na construção da casa do queixoso.

A Presidente explicou que esse é um assunto que não estava em discussão.

O munícipe José Batista Corda, igualmente morador em Abrançalha de Cima, interveio para contestar a colocação do traço amarelo, no sentido sul/norte, porquanto tem uma horta naquele local e não pode estacionar o seu veículo quando necessita de aceder à mesma.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conhecimento de um artigo que foi publicado no jornal "Arquiteturas", com o título "Projetos de valorização dos resíduos ganham peso nas autarquias", e que dá conta da produção do gás e da eletricidade, a partir dos resíduos sólidos. Fez também menção ao projeto UrbanBiogas que foi apresentado no passado mês de Outubro em Abrantes, um trabalho realizado por cinco cidades europeias, além de Abrantes, Zagreb (Croácia), Rzeszów (Polónia), Graz (Áustria) e Valmiera (Letónia), que tem como objetivo produzir biometano a partir de resíduos urbanos e utilizar o gás daí resultante para alimentar a rede pública de gás natural ou servir como combustível para os transportes.



Deu conta de uma declaração alusiva ao sorteio de Natal de 2011 do seguinte teor:

"No âmbito das atividades organizadas para assinalar a quadra natalícia, que tiveram também por objetivo apoiar o comércio tradicional a Associação Centro Comercial Ar Livre, em parceria com a Câmara Municipal de Abrantes e com a Associação de Comércio e Serviços dos Concelhos de Abrantes, Constância Sardoal e Mação, dinamizou um sorteio de Natal que habilitou todos os clientes, que efetuassem compras num valor igual a 15,00€ a um conjunto de prémios.

O sorteio decorreu no dia 06 de janeiro, pelas 12.00h, na Praça Barão da Batalha, tendo sido atribuídos os seguintes prémios:

- 1º Scooter Peugeot V. Cilc 50;*
- 2º LCD SamsungLED4003;*
- 3º Fim de semana para 2 pessoas*

Após a realização do sorteio, procedeu-se à contagem de todos os cupões entregues pelos comerciantes, tendo-se apurado um total de 11726 cupões, o que corresponde a um volume de vendas de 175 890€."

Tomado conhecimento.



Em resposta ao pedido de esclarecimento apresentado pelos vereadores do PSD, na reunião de Câmara de 29/12/2011, relativamente aos custos dos eleitos locais das Juntas de Freguesia, referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011, tal como foi informado na referida reunião, a Presidente da Câmara, esclareceu que se trata de matéria que não é da competência da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal não processa verbas para cobrir os encargos relativos às remunerações dos eleitos locais pelo Orçamento de Estado devendo esses dados ser solicitados à Direção Geral das Autarquias Locais.



Relativamente a dois pedidos de esclarecimentos apresentados pelos vereadores do PSD, designadamente, sobre os espaços verdes na urbanização de Santa Lúzia, em nome de Jorge Ferreira Dias, Lda. e também de uma casa em ruínas, sita em Chainça, no cruzamento da Rua dos Oleiros com a Travessa com o mesmo nome, esclareceu que são dois processos que estão a ser tratados pelos serviços técnicos da autarquia e que a seu tempo serão presentes a reunião de Câmara, caso sejam da competência restrita do respetivo órgão.



Apresentou um esclarecimento alusivo à redução remuneratória das senhas de presença dos eleitos locais em regime de não permanência, do seguinte teor:

"O Artigo 10º, n.º 1, do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de Junho), na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 86/2001, de 10 de Agosto, consagra aos eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo, o direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respetivo órgão e das comissões a que compareçam e participem.

De acordo com o n.º 2 do referido artigo, o quantitativo de cada senha de presença é fixado em 3%, 2,5% e 2% do valor base da remuneração do presidente da camara municipal, respetivamente, para o presidente, secretários, restantes membros da assembleia municipal e vereadores da Câmara Municipal.

A Lei do Orçamento de Estado do ano de 2011, na redação do art.º 19º, determinava que as senhas de presença se encontravam entre as prestações pecuniárias que deveriam ser consideradas na determinação das remuneração líquida mensal a ter em conta no cálculo da redução remuneratória a aplicar nos termos das al. a), b) e c) do nº 1 do referido art.º 19º. Nos termos do nº 3 do art.º 19º da LOE 2011, as pessoas

abrangidas pelo regime de aplicação da redução remuneratória, prestavam em cada mês e relativamente ao mês anterior, as informações necessárias para que os órgãos e serviços processadores das remunerações, gratificações ou outras prestações pecuniárias pudessem apurar a taxa de redução aplicável. Foi, em devido tempo, elaborada e enviada aos membros eleitos dos órgãos da autarquia, minuta de declaração para prestação dessa informação mensal (a qual se anexa).

Relativamente, às sessões de CM que ocorreram em 2011, encontra-se em falta a seguinte informação:

- *Dra. Elsa Cardoso e Dr. Belém Coelho — preenchimento da declaração em anexo mas apenas com dados relativos aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro;*
- *Dr. Rui André — preenchimento da declaração apenas no que se refere a remuneração auferida no mês de Agosto (uma vez que esteve presente na reunião realizada no dia 8 de Agosto);*
- *Dr. Santana Maia e Dr. Carlos Arez — devem assinalar na declaração a quadrícula "não recebe prestações pecuniárias de entidades públicas".*

Mais se informa que, nos termos do art.º 20º da LOE 2012, se mantém a aplicação da redução remuneratória nos termos do art.º 19º da LOE 2011, pelo que em cada mês deve ser prestada a informação inerente ao mês anterior."

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara informou que, relativamente à RPP, a Câmara tem acompanhado com proximidade a resposta efetiva às condicionantes colocadas no licenciamento de unidade industrial, na eminência de declaração de caducidade.

O prazo conferido à RPP terminou em 18/01/2012. Em 17/01/2012 foi rececionado ofício do promotor acompanhado de documento emitido pela entidade bancária. Foi solicitado aos serviços jurídicos para analisarem a questão, inclusive com intervenção de Consultor Jurídico externo.



Deu conhecimento que o Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, na reunião que se realizou no dia 20 de Dezembro de 2011, aprovou por unanimidade uma moção relativa à A23/A13, solicitando uma audiência, com carácter urgente, ao Ministro da Economia e do Emprego. Os autarcas do Médio Tejo pretendem que nessa reunião sejam analisados os estrangulamentos, que a introdução de portagens na A23 e na A13, já causam na dinâmica da promoção da Região do Médio Tejo, bem como, o facto de serem claramente colocados em causa o princípio da equidade e justiça social tendo em conta os elevados valores impostos pelo Governo. Relativamente ao Procedimento Cautelar requerido por cidadãos individuais, a Presidente de Câmara informou igualmente que na referida reunião foi também deliberado por unanimidade que quaisquer assuntos no âmbito da A23 seriam articulados diretamente entre a CIMT e as entidades competentes, não havendo lugar a manifestações individuais por parte de cada um dos municípios.

Tomado conhecimento.

Nº 43 - A Presidente de Câmara apresentou para aprovação, a minuta do contrato de prestação de serviços na área de seguros, a celebrar entre o Município de Abrantes e Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A., no valor anual de 105.084,11€ (cento e cinco mil oitenta e quatro euros e onze centimos), sendo que o valor para três anos é de 315.252,33€ (trezentos e quinze mil duzentos e cinquenta e dois euros e trinta e três centimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 44 - Apresentou também a seguinte proposta de deliberação, referente ao Centro Hospitalar do Médio Tejo:

"1. Através da Portaria 209/2000 é constituído o Grupo Hospitalar do Médio Tejo, integrando os Hospitais de Abrantes, Tomar e Torres Novas. De acordo com a referida portaria, procurava-se desta forma " (...) assegurar com a máxima eficiência e rentabilidade a prestação de cuidados de saúde às populações (...) ". De fato, nessa data perspectivava-se a entrada em funcionamento das novas infraestruturas hospitalares de Tomar e Torres Novas, pelo que se tornava necessário colocar em prática um plano de reestruturação que permitisse " (...) a definição e execução de uma estratégia comum e que promova todas as complementaridades e interdependências técnicas assistenciais possíveis, rentabilizando os recursos humano, financeiros e técnicos das três instituições."

2. Em novembro de 2001, através da portaria 1277/01 é criado o Centro Hospitalar do Médio Tejo, por se considerar que o modelo de reestruturação adotado pela portaria 209/2000 não dava " (...) uma resposta cabal à necessária flexibilidade de articulação e complementaridade dos recursos humanos, financeiros e técnicos existentes naqueles três estabelecimentos hospitalares (...) ".

Face à proximidade geográfica das três unidades hospitalares e tendo em vista a otimização dos recursos existentes, considerou-se importante" (...) proceder à sua reestruturação através de uma gestão comum e integrada num único centro hospitalar, potenciando assim uma maior eficiência e qualidade na prestação de cuidados de saúde."

3. A rentabilização de recursos e a promoção da complementaridade entre as três unidades hospitalares foi pois o contexto que originou a constituição do atual Centro Hospitalar do Médio Tejo.

4. De acordo com os dados do CHMT, a sua área de influência engloba 15 concelhos, e abrange uma população de cerca de 266 mil habitantes.

- Área de influência – Unidade de Tomar – 98.625 Habitantes*
- Área de influência – Unidade de Torres Novas – 83.036 Habitantes*
- Área de influência – Unidade de Abrantes – 84.977 Habitantes.*

5. O plano de reorganização do CHMT, apresentado pelo Conselho de Administração, é globalmente entendido pelo executivo municipal como um plano que reforça a complementaridade entre os três Hospitais e a coesão territorial. Não obstante, considera também o executivo municipal que as questões técnicas, entretanto levantadas, devem ser devidamente ponderadas no sentido de serem garantidas as necessidades e a qualidade das respostas oferecidas a todos os utentes."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



VEREADORA CELESTE SIMÃO

A vereadora Celeste Simão deu conta que, no âmbito do projeto "Igualdade de Género e Não Discriminação em Abrantes", foram até ao momento realizadas as seguintes atividades, cumprindo os objetivos inicialmente propostos:

- Diagnóstico Local de Igualdade – após aferidos os respetivos procedimentos foram já aplicados 400 questionários à amostra selecionada;
- Implementação, na estrutura curricular das universidades seniores, de temáticas associadas à igualdade de género e não discriminação – foram realizadas sessões mensais na UTIA e na UTIT;
- Apresentação do projeto nas escolas – realizadas reuniões com os representantes dos agrupamentos de escolas do concelho para agendamento de ações, em todos os níveis de ensino, incluindo a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes (ESTA). Já foram realizadas algumas dessas ações;
- Rádios locais – foram realizados 3 programas assinalando algumas efemérides associadas ao projeto Igualdade de Género



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

Nº 45 - O Vereador Manuel Jorge Valamatatos apresentou a informação nº 8 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 23 de janeiro de 2011, referindo que a Junta de Freguesia de Tramagal, em articulação com o Tramagal Sport União, solicitou a aprovação do trabalho de manutenção e recuperação da pista de atletismo daquela localidade.

O custo dos trabalhos, envolvendo máquinas e saibro, estima-se em 1.650,00€ (mil seiscentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o valor de 1.650,00€ (mil seiscentos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos ao custo dos trabalhos com máquinas e saibro.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 46 - O Vereador Manuel Jorge Valamatos apresentou também a informação nº 9 da Divisão de Manutenção e Transportes, datada de 23 de janeiro de 2011, referindo que a Junta de Mouriscas, em articulação com a ACATIM, solicitou a correção e alargamento do acesso às instalações da Associação, pelo lado nascente.

Justificam este pedido, com o perigo que o mesmo representa para os utentes nas condições atuais.

Comprometeram-se ainda, a contactar os proprietários dos terrenos necessários ao alargamento, no sentido da sua disponibilização.

O custo do equipamento necessário para a realização dos trabalhos, estima-se em 670,00€ (seiscentos e setenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no Artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o valor de 670,00€ (seiscentos e setenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para realização dos referidos trabalhos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Por último, e na sequência da proposta de deliberação dos vereadores do PSD, sobre "Travessa da Rua da Palma - Lixeira", que se encontra agendada na presente reunião, deu conta da Informação nº 14/2012 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 20 de janeiro de 2012, a informar, que foram removidos os ramos de árvores e resíduos de demolições que inadequadamente alguém terá depositado num alegrete anexo e em frente ao prédio abandonado na referida Travessa.

Mais informa que através do número de telemóvel que se encontra escrito na parede do edifício, foi possível falar com a senhora, Matilde Pádua, que referiu que o imóvel pertenceu em tempos à Associação Santa Paula de Frassinetti, sita em Lisboa, mas que o mesmo tinha sido vendido, pelo que desconhecia o atual detentor do prédio.

Entretanto, por consulta ao notariado do Município e ao "Espaço Mais Rua", obteve-se a indicação de que possivelmente a proprietária seria Maria Teresa Antunes Gaspar Duarte, pelo que se irá efetuar comunicação escrita, no sentido de sensibilizar para a necessidade de preservação do edificado, caso se venha a confirmar ser efetivamente a sua proprietária.

Tomado conhecimento.

VEREADOR CARLOS ARÊS

O vereador Carlos Arês referiu que teve conhecimento do encerramento de algumas Bibliotecas do concelho, dando lugar a uma Biblioteca Itinerante.

A Presidente da Câmara referiu que se trata das Bibliotecas de Alferrarede, Mouriscas, Pego, Rossio ao Sul do Tejo e Tramagal e explicou que a partir do momento em que se construíram os centros escolares que possuem bibliotecas bem equipadas, não faz sentido existirem no mesmo território, uma biblioteca pública e outra da escola, até porque de acordo com as estatísticas, são muito poucos os livros que são requisitados.

Referiu também que está a ser feita uma informação acerca do assunto, para posteriormente ser presente a reunião de Câmara.

No entanto, acrescentou que é intenção da Câmara, nos locais onde existe uma biblioteca escolar nova, abrir a mesma à comunidade. Por outro lado, têm uma candidatura aprovada para uma Biblioteca Itinerante para se deslocar a estes sítios e portanto, não há um encerramento destes pontos nas várias freguesias, mas sim, uma junção de esforços em relação às bibliotecas dos centros escolares em conjugação com esta Biblioteca Itinerante de Abrantes, que vai ser conhecida como BIA.

O vereador Carlos Arês questionou se o espólio das bibliotecas que encerram vai ser integrado nas bibliotecas escolares, ao que a Presidente da Câmara respondeu afirmativamente.

A vereadora Celeste Simão acrescentou que temos no território a Biblioteca Municipal António Botto, as bibliotecas escolares nas escolas do 1º ciclo, as bibliotecas nas escolas sede dos agrupamentos e ainda, um projeto chamado "Livros caixa", que a Biblioteca Municipal António Botto leva aos locais onde não há biblioteca escolar.

Explicou que o que se está a tentar fazer, é uma maior articulação deste trabalho, incluindo os agrupamentos, com a Biblioteca Municipal António Botto, para não se andar a sobrepor trabalho e tentar rentabilizá-lo o mais possível.

Referiu ainda que o objetivo é que os polos onde existe um número reduzido de utilizadores sejam transferidos para os centros escolares, mas deixar nas juntas de freguesia pontos de acesso à Biblioteca Municipal António Botto, nomeadamente através de um catálogo virtual, para que a mesma possa transportar os livros para as pessoas dessas freguesias, que assim entenderem.

O vereador António Belém Coelho disse conhecer bem o espólio da Biblioteca de Alferrarede e que o mesmo não está acondicionado nas melhores condições, pelo facto do edifício apesar de ser relativamente novo, se encontrar com infiltrações, pelo que questionou se o referido espólio também vai ser transferido para o centro escolar de Alferrarede.

A Presidente da Câmara disse que o espólio já está praticamente todo catalogado e prestes a ser mudado para a biblioteca do centro escolar.

[Handwritten signature]

O Vereador Carlos Arês questionou se a empreitada do Aquapolis Margem Sul, já está concluída e qual é a situação dos pesqueiros e dos percursos, bem como do Centro de Acolhimento do Tejo.

A Presidente da Câmara explicou que a referida empreitada está concluída e que os pesqueiros e os percursos fazem parte de outra empreitada.
Quanto ao Centro de Acolhimento do Tejo, a obra encontra-se a decorrer.



O vereador Carlos Arês questionou também sobre o calendário para a conclusão das obras dos centros escolares.

A Presidente da Câmara prestou os devidos esclarecimentos e referiu que irá trazer uma informação na próxima reunião acerca do assunto.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O vereador Santana-Maia Leonardo, apresentou uma proposta de deliberação dos vereadores do PSD, sobre "Jornais e Rádios Locais – Contratos de Publicidade".

A Presidente da Câmara remeteu a referida proposta, para agendamento numa próxima reunião.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a ata nº 03/2011 do Conselho Cinegético Municipal de Abrantes, respeitante à reunião realizada em 14 de dezembro de 2011, cujos pontos da ordem de trabalhos foram os seguintes:

- Ponto 1 - Emissão de parecer sobre o processo de Transferência de Gestão/Renovação com Anexação à Zona de Caça Municipal de Rio de Moinhos (Processo nº 4442 – AFN), com o registo na AFN nº 15.239, requerido pela Associação de Caçadores de Rio de Moinhos, com sede em Rio de Moinhos, Abrantes;
- Ponto 2 - Outros assuntos.

Tomado conhecimento.

R.
Q.

Nº 2 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou uma informação do Secretário da Presidente da Câmara, datada de 6 de janeiro de 2012, a dar conta da realização da Assembleia Geral da Federação dos Bombeiros do Distrito de Santarém. - 57921

Tomado conhecimento.



Nº 3 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício enviado pela Diocese de Portalegre-Castelo Branco, datado de 27 de dezembro de 2011, a remeter cópia da nomeação de Capelão, do Reverendo Cónego José da Graça, pároco de Abrantes, para assistência espiritual e religiosa dos membros da Corporação dos Bombeiros Municipais de Abrantes. - 57974

Tomado conhecimento.



Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, minuta do Protocolo de Cooperação, a celebrar entre o ISEC – Instituto Superior de Educação e Ciências, a Cooptécnica – Gustave Eiffel, Cooperativa de Ensino e Formação Técnico Profissional, C.R.L. e o Município de Abrantes, para a realização de um estágio no âmbito do CET Proteção Civil e Socorro. - 58609

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 5 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o pedido das firmas Bricomarché e Tagusgás, a solicitar a colaboração dos Bombeiros Municipais de Abrantes, para a realização de simulacros nas mesmas. - 58673

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a pretensão, ficando as respetivas taxas, a expensas das firmas requerentes.

Aos Bombeiros Municipais de Abrantes para os devidos efeitos.



Nº 6 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Secretário da Presidente da Câmara, a dar conta que nos próximos dias 24 e 25 de Janeiro será realizado um exercício para rotina de instalação e funcionamento do CDOS alternativo, em Almeirim e, paralelamente, será testado o funcionamento e operacionalização do CDOS alternativo, em Abrantes.

Para o referido exercício, será necessário a partilha da rede de telecomunicações, informática e telefones dos Bombeiros, pelo que solicitam autorização para a montagem de equipamentos,

Ata da reunião de -23- de janeiro de 2012

Handwritten signature

bem como, a colaboração dos técnicos de informática da câmara, para operarem com os da ANPC. - 58274

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a pretensão.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 7 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a um pedido de Lígia Farinha, Licenciada em Turismo e Património e que se encontra a realizar Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultura no Instituto Politécnico de Tomar, a solicitar autorização para fotografar o cemitério, sito na freguesia de S. João, Abrantes, para um trabalho académico referente à disciplina de Técnicas de Interpretação de Obras de Arte, sobre Iconografia Cemiterial. - 58851

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a pretensão, nos termos solicitados.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 8 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, respeitante à proibição de estacionar em Abrançalha de Cima, propondo designadamente, o seguinte: - 56418

"Revogar a deliberação e/ou a decisão que estabeleceu a proibição de estacionar em Abrançalha de Cima e, consequentemente, retirar as linhas amarelas que impedem o estacionamento de todo e qualquer veículo."

Foi adiada para uma próxima reunião, a tomada de deliberação referente a esta proposta, porquanto a mesma foi enviada aos Serviços Jurídicos da Câmara Municipal, para emissão de parecer.



Nº 9 - Proposta de Deliberação dos Vereadores do PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, intitulada "Lixeira na Travessa da Palma", que se anexa à presente ata, propondo o seguinte: - 57723

"A Câmara deverá diligenciar junto dos serviços municipais e dos residentes daquela zona do centro histórico, com vista a impedir que a Travessa da Palma se transforme num local de despejo de lixo e entulho."

Relativamente a esta proposta, a Presidente da Câmara esclareceu que o assunto já se encontra resolvido, estava inclusivamente referenciado pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, pelo que entendem a mesma como recomendação.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, acerca do pedido da ACLAMA - Associação Cultural Amigos de Martinchel, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas, relativamente ao processo de licenciamento de um anúncio luminoso, registado com o nº 2155. - 56944

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, no valor de 36,72€ (trinta e seis euros e setenta e dois cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 11 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta a informação nº 2/2012/CD do Serviço Assuntos Jurídicos da Divisão Jurídica, datada de 6 de janeiro de 2012, na sequência do pedido de esclarecimentos apresentado pelos vereadores do PSD, na reunião de 5 de setembro de 2011, relativo à audição dos interessados no âmbito do projeto do Museu Ibérico de Arte e Arqueologia, nos termos da lei nº 83/95 de 31 de agosto (direito de participação procedimental e de ação popular).

Informa que o projeto não foi ainda objeto da audição de interessados consagrada na lei nº 83/95 de 31 de agosto, por ter sido submetido a processo de revisão (cfr. informação da chefe da DPE de 03.11.2011), sendo certo que após a conclusão daquele processo, será ponderada a realização da audição dos cidadãos interessados e das entidades defensoras dos interesses que possam vir a ser afetados, relativamente ao projeto do MIAA. Atendendo a que a intervenção, num primeiro momento, se faz apenas no edificado do Convento de S. Domingos, será no âmbito do processo de alteração que se fará essa ponderação - 38260

Tomado conhecimento.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo, para aprovação, a minuta de compra e venda referente ao prédio urbano, sito na Rua Serpa Pinto, número 2, na freguesia de São João, do concelho de Abrantes, a celebrar entre a sociedade Casa Mor - Compra e Venda de Imóveis, Lda. e o Município de Abrantes, pelo valor de 875.000,00€ (oitocentos e setenta e cinco mil euros). - 52838

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, aprovar a referida minuta, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Os vereadores do PSD apresentaram a declaração de voto que abaixo se transcreve:

"Os vereadores eleitos pelo PSD votam contra esta deliberação por considerarem que a compra do edifício Milho para instalação provisória da E.S.T.A. é de tal forma incompreensível e absurda que é um verdadeiro atentado à inteligência e aos bolsos dos contribuintes, como, aliás, deixaram explícito na sua declaração de voto de 6 de Dezembro de 2011 e que aqui dão por inteiramente reproduzida."



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante ao parecer emitido pelo Consultor Jurídico, Dr. António Montalvo, datado de 22 de outubro de 2011, acerca dos alegados impedimentos da Arquiteta Sara Morgado e do Vereador Rui Serrano, no âmbito do projeto MIAA, na sequência do pedido de nulidade de ato administrativo que aprovou o referido projeto, apresentado por Tubucci – Associação de Defesa do Património da Região de Abrantes, o qual refere que não assiste razão aos requerentes, a propósito dos impedimentos suscitados. - 35090

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, concordar com o parecer jurídico externo do Consultor Jurídico, Dr. António Montalvo e com os pareceres jurídicos internos, considerando não se verificar ilegalidade na instrução do procedimento conducente à aprovação do projeto MIAA, nem nulidade na aprovação do mesmo.

Assim, delibera-se não instaurar o inquérito solicitado, nem declarar a nulidade requerida.

Por idênticas razões e com base nos pareceres e informações, considera-se não haver razões para participação ao Ministério Público.

Deliberou ainda, não revogar o despacho solicitado, pois não é perceptível identificar o despacho relativamente ao qual se pretende a revogação, já que a Divisão de Projetos e Empreitadas não exara despachos e, no processo, apenas se encontra um daquela data com a menção "à reunião da Câmara", sem valor de ato administrativo.

Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto:

"A Associação Tubucci apresentou uma exposição, onde questiona a legalidade da aprovação deste projeto, por vários motivos, alguns relevantes e outros meramente acessórios e instrumentais.

Acontece que a senhora presidente da câmara, pelos vistos, apenas deu relevância ao que era acessório, ou seja, o alegado impedimento de um vereador que participou na votação e da senhora arquiteta que emitiu um parecer favorável.

Quanto a este aspeto, os vereadores eleitos pelo PSD não tem nada a acrescentar ao parecer.

Questão diferente levantada no requerimento da Tubuci é a falta de pareceres de entidades exteriores ao Município.

Ora, estando em causa a aprovação dum projeto de arquitetura e respetivas especialidades, referente ao MIAA, caso se confirme (I) a falta de pareceres de

entidades exteriores ao Município, por não terem sido solicitados, sendo legalmente exigíveis, ou (II) que a decisão foi tomada em desconformidade com tais pareceres, tal significa que estamos perante uma causa determinante da nulidade do respectivo ato administrativo (art. 68º, al.c), do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Dec-Lei nº 555/99, com as suas sucessivas alterações).

Esta é que é a questão fulcral e relevante do requerimento e que nós gostaríamos de ter visto esclarecida no duto parecer do Dr. António Rebordão Montalvo.

Não o tendo sido, somos obrigados a votar contra a presente proposta de deliberação."



Nº 14 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta a ata relativa ao ato público de abertura de propostas, referente ao concurso público para a cedência de exploração dos bares 1 e 2 da piscina municipal da cidade desportiva, em Abrantes, tendo o mesmo ficado deserto, por falta de apresentação de propostas. - 48639

Tomado conhecimento.



Divisão Financeira

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 2ª proposta de alteração orçamental 2012, da Câmara Municipal de Abrantes.

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da informação da Divisão Financeira.



Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 16 de janeiro de 2012, que aprovou o parecer prévio elaborado nos termos do nº 4 do artigo 26º da Lei de Orçamento de Estado (Lei nº 64-B/2011 de 30 de dezembro) e de acordo com a Portaria nº 9/2012 de 10 de janeiro, para aquisição de serviços de "Revisão para Inspeção de Autocarro Municipal, com a matrícula 64-29-RB". - 58356

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 17 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 18 de janeiro de 2012, que aprovou o relatório final do concurso público com publicação no JOUE para aquisição de serviços de seguros, o qual sugere a adjudicação à Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., (única opositora

Ata da reunião de -23- de janeiro de 2012



ao concurso), pelo valor total anual de 105.084,11€ (cento e cinco mil oitenta e quatro euros e onze cêntimos), ao que corresponde o valor total para 3 anos de 315.252,33€ (trezentos e quinze mil duzentos e cinquenta e dois euros e trinta e três cêntimos). – 47730

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 18 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, parecer prévio genérico, que salvaguarde as situações previstas nos nºs 1 e 2 do artigo 4º da portaria nº 9/2012, de 10 de janeiro. – 58610

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido parecer prévio genérico.



Divisão de Recursos Humanos

Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 13 de janeiro de 2012, a solicitar autorização para que os procedimentos concursais atualmente em curso e que ainda não tiveram a sua lista de ordenação final homologada, mas que já tiveram os métodos de seleção aplicados, possam prosseguir até ao seu termo.

Solicita, igualmente, autorização para prosseguir com os procedimentos que se encontram noutras fases da sua aplicação. - 58278

Encontram-se nas referidas condições os seguintes procedimentos:

Carreira	Divisão	Fase
Técnico Superior (Arquitetura)	Ordenamento e Gestão Urbanística	Audiência dos interessados
Técnico Superior (Adm. Pública)	Ordenamento e Gestão Urbanística	Audiência dos interessados
Técnico Superior (Animação Cultural)	Cultura e Turismo	Audiência dos interessados
Técnico Superior (Adm. Pública)	Jurídica	Audiência dos interessados
Técnico Superior (Educação Física)	Desporto e Juventude	Audiência dos interessados
Técnico Superior (Eng. Zootécnica)	Serviços Urbanos	Audiência dos interessados
Técnico Superior (Solicitadoria)	Jurídica	Audiência dos interessados
Assistente Técnico (Transito)	Serviços Urbanos	Audiência dos interessados

AR
AL

Assistente Operacional (Fiel Armazém)	Financeira	Audiência dos interessados
Assistente Operacional (Lubrificador)	Manutenção e Transportes	Audiência dos interessados
Técnico Superior (Arquitetura)	Projetos e Empreitadas	Entrevista de Seleção
Assistente Operacional (auxiliar de serviços gerais)	Divisão de Desporto e Juventude	Prova Escrita de Conhecimentos
Assistente Operacional (auxiliar ação educativa)	Divisão de Educação e Ação Social	Ata de Admissão

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, autorizar a pretensão, nos termos da referida informação da Divisão de Recursos Humanos.

Os vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto:

"Face à grave crise económica em que o país e, consequentemente, o concelho de Abrantes se encontram urge preconizar as mais fortes medidas de contenção de despesa pública, sendo que a administração pública deve ser a primeira a dar o exemplo.

Sobre o tema de concursos de recrutamento de pessoal, uma vez mais e, sempre uma vez mais, não podemos deixar passar ao lado o assunto em causa, não obstante serem muitas e extensas as nossas intervenções e alertas.

Continuamos a defender que não se deverá proceder ao recrutamento de pessoal sem uma séria e coerente alteração do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e respectivo Mapa de Pessoal.

Contudo, neste momento, o aumento da despesa pública que o recrutamento destes recursos humanos, só por si, acarreta é já motivo de bastante preocupação.

Nem nós, nem nenhum cidadão deste concelho, consegue entender como pode a Câmara Municipal aumentar os mais diversos impostos municipais, mantendo-os próximos da taxa máxima, com o argumento da necessidade urgente de receitas, no mesmo momento em que têm a decorrer 26 concursos de pessoal.

Relativamente aos concursos para recrutamento de pessoal, para contrato por tempo indeterminado, conforme já referimos anteriormente, deve-se optar pela mobilidade interna, medida esta privilegiada pelo memorando da troika.

Ou seja, se o período de mobilidade do colaborador tiver terminado, deve-se recrutar outro pelo mesmo procedimento.

A mobilidade não aumenta o encargo da despesa pública, em termos de orçamento do Estado, na medida em que o funcionário recrutado, por este regime, já tem contrato por tempo indeterminado, o que significa que a sua despesa já existe e não constitui um acréscimo para o estado."

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência da informação nº 03/CA/2012 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 3 de janeiro de 2012, a solicitar a alteração da portadora do fundo de maneiio daquela Divisão, da colaboradora Célia Amaro, para a colaboradora Alexandra Santos.- 57104

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a alteração pretendida, nos termos da referida informação nº 03/CA/2012 da Divisão de Cultura e Turismo.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante à informação nº 8/JA/2012 da Divisão de Cultura e Turismo, datada de 13 de janeiro de 2012, remetendo para aprovação, as normas de participação da Mostra de Produtos Regionais, integrada na Feira de S. Matias 2012. - 58652

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as referidas normas, de acordo com a referida informação nº 8/JA/2012 da Divisão de Cultura e Turismo.

À Divisão de Cultura e Turismo para os devidos efeitos.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Cineteatro São Pedro, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
57692	Agrupamento Escolas Dr. Manuel Fernandes	1º Encontro de Atividades Rítmicas e Expressivas	14.03.2012	Cedência do auditório do Cineteatro São Pedro	129,16€
57746	Associação de Desenvolvimento Cultural "Palha de Abrantes"	Ciclos de cinema infantil e sénior	7 e 19.01.2012 11 e 16.03.2012 3 e 15.03.2012	Cedência do auditório do Cineteatro São Pedro	1.162,14€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme listagem acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

S.
ai

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão de Educação e Ação Social

Nº 23 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, nova minuta de protocolo tipo, que fixa as condições de cedência precária de instalações do Município, em benefício da população. - 58332

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo.



Nº 24 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, remetendo para aprovação, os seguintes pedidos de cedência de escolas primárias e jardins-de-infância que se encontram desativados, bem como o fim a que de destinam: - 58332

- E.B. de Amoreira à Associação de Moradores de Amoreira - Apoio à população idosa de Amoreira, com a possibilidade de extensão do Centro de Dia de Rio de Moinhos;
- J.I. de Arreciadas à Junta de Freguesia de S. Miguel do Rio Torto - Descentralização dos serviços e desenvolvimento de atividades para e com a população local;
- E.B. de Arrifana à Junta de Freguesia de S. Miguel do Rio Torto - Descentralização dos serviços e desenvolvimento de atividades para e com a população local;
- E.B. de Souto à Junta de Freguesia de Souto - Criação de um Núcleo Museológico da Freguesia de Souto;
- E.B. de Abrançalha de Cima ao Grupo de Amigos Motards de Abrantes (denunciando assim o protocolo anteriormente estabelecido com a Junta de Freguesia de S. Vicente)
- Instalação da sua sede;
- Antiga E.B. de Vale das Mós à Junta de Freguesia de Vale das Mós - Desenvolvimento de atividades para e com a população local.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a cedência das referidas instalações às entidades acima mencionadas, mediante a celebração do novo protocolo tipo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

À Divisão de Educação e Ação Social para os devidos efeitos.



Nº 25 - Proposta de Deliberação da Vereadora Celeste Simão, referente a uma informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social, remetendo para aprovação, proposta de atribuição de apoios a projetos de intervenção social, no âmbito do Programa Finsocial Abrantes, no valor total de 70.000,00€ (setenta mil euros). - 58970

[Handwritten signature]

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, de acordo com a referida informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do Serviço de Ação Social e Saúde da Divisão de Educação e Ação Social, remetendo para aprovação, a atualização dos valores das rendas das habitações municipais para o ano de 2012. - 58837

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atualização dos valores das rendas para o ano de 2012, nos termos da referida informação do Serviço de Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social.

À Divisão de Educação e Ação Social para os devidos efeitos.



Divisão de Desporto e Juventude

Nº 27 - Proposta de Deliberação do Vereador Manuel Jorge Valamatos, na sequência de um pedido do Município de Ourém, a solicitar a título de empréstimo, a cedência de suportes para bicicletas, para a Taça de Portugal e Campeonato Nacional de Jovens Prova de Duetlo PORterra, a levar a efeito no dia 4 de março de 2012, assim como, nos dias 14 e 15 de abril de 2012, o Campeonato Nacional de Clubes e a Taça de Portugal de Duetlo por Estrada. - 57362

Deliberação: Por unanimidade, autorizar, a título de empréstimo, a cedência de suportes para bicicletas, nos dias pretendidos.

À Divisão de Desporto e Juventude para os devidos efeitos.



Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão de Desporto e Juventude, que na sequência das candidaturas apresentadas no âmbito do FINJOVEM 2012 - Programa de Apoio às Associações de Juventude, remete para aprovação os apoios a atribuir às entidades constantes do mapa anexo à presente informação, de acordo com as normas do referido programa.

Candidataram-se 11 associações de juventude na linha 1, das quais 9 apresentaram também candidatura na linha 2, sendo o montante global a atribuir de 28.506,40€ (vinte e oito mil quinhentos e seis euros e quarenta cêntimos).

Informa também que os apoios a atribuir no presente ano, manifestam uma redução orçamental de 11%, tendo em conta a atual conjuntura económico-financeira. - 58617

[Handwritten signature]
al

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada, nos termos da referida informação da Divisão de Desporto e Juventude.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 29 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à informação nº 9 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 11 de janeiro de 2012, dando conta que a Sociedade de Construções José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.693, no montante de 311.552,35€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais por realizar da empreitada de "Construção do Mercado Municipal de Abrantes", garantia essa que já foi reduzida anteriormente para o montante de 230.525,90€.

Tendo sido já entregue a fatura no montante de 20.357,03€ com o auto nº 13, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 18.000,00€, que corresponde a 30% dos trabalhos contratuais que deveriam ter sido executados, segundo o previsto no plano de pagamentos em vigor, de acordo com o nº 2 do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação, que passará a ter o valor de 212.525,90€.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 09 da Divisão de Projetos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, S.A., com conhecimento ao empreiteiro.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 3 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de janeiro de 2012, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Centro de Interpretação do Tejo Ibérico - Cais de Rio de Moinhos", adjudicada à Sociedade Construforte - Sociedade de Construções e Empreitadas, Lda., para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo-se proceder à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 31 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 4 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de janeiro de 2012, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Centro de Interpretação do Tejo

Ata da reunião de -23- de janeiro de 2012

Ar
21

Ibérico - Miradouro e Cais da Barca no Tramagal", adjudicada à Sociedade Mendes & Gonçalves, S.A., para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo-se proceder à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 15 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 13 de janeiro de 2012, acerca da vistoria efetuada à empreitada de "Beneficiação de troço desclassificado da E.N. 2 entre o Km 405.300 (Rossio ao Sul do Tejo) e o Km 407.440 (Arrifana)", adjudicada à Sociedade Mendes & Transportes, S.A., para efeitos de receção provisória.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção provisória, devendo-se proceder à elaboração da conta da empreitada, nos termos do disposto nos artigos 399º e seguintes Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de janeiro.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 10 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 12 de janeiro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pavimentação de vários arruamentos em Abrançalha de Baixo", adjudicada à sociedade Construções Viasmanso, Lda., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 34 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 11 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 12 de janeiro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pavimentação de vários arruamentos em Amoreira", adjudicada à sociedade Construções Viasmanso, Lda., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 35 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 12 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 12 de janeiro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pavimentação de vários arruamentos em Alferrarede", adjudicada à sociedade Construções Viasmanso, Lda., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 36 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 13 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 12 de janeiro de 2012, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Pavimentação de vários arruamentos em Lercas - Mouriscas", adjudicada à sociedade Construções Viasmanso, Lda., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 37 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 18 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 18 de janeiro de 2012, remetendo para aprovação, o projeto de recuperação, remodelação e ampliação do Convento de S. Domingos tendo em vista a instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes – MIAA, na sequência da revisão do projeto.

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos pelo PSD, aprovar o projeto de revisão do projeto de recuperação, remodelação e ampliação do Convento de S. Domingos tendo em vista a instalação do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes – MIAA.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 38 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência da informação nº 9/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento

Ata da reunião de -23- de janeiro de 2012

para reflorestação de eucaliptos, no local "Casal da Horta", inscrito na matriz sob os artigos 3 e 4 da secção S da freguesia de Alvega, concelho de Abrantes, com a área de 2,5 Ha, requerido por António Peças Pereira. - 58023

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a ação de modelação do solo, conforme solicitado por António Peças Pereira e nos termos da referida informação nº 9/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência do interessado, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 39 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência da informação nº 10/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2012, acerca do pedido de parecer no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos, no local "Casal da Horta", inscrito na matriz sob o artigo 19 da secção S da freguesia de Alvega, concelho de Abrantes, com a área de 2 Ha, requerido por António Peças Pereira. - 58035

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a ação de modelação do solo, conforme solicitado por António Peças Pereira e nos termos da referida informação nº 10/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.

É dispensada a audiência do interessado, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 40 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante a uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 18 de janeiro de 2012, acerca do pedido de vedação e utilização de prédios propriedade do município, sitos no Aquapolis, Via A-2-1-Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes, para pastagem de ovelhas, requerido por Joaquim José Bento Melo Duarte dos Santos e Nuno Manuel Bento Melo Duarte dos Santos. - 53914

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a pretensão, nos termos da informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, que se dá por transcrita.

Nº 41 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 42 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do ofício nº 24 dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datado de 5 de janeiro de 2012, que remete para aprovação, os pareceres técnicos referentes aos projetos de execução da estação de tratamento de águas residuais do lugar de Mouriscas e rede de drenagem de águas residuais domésticas no lugar de Areias – Casa Branca – Ampliação. – 57151

Deliberação: Por unanimidade, aprovados os pareceres técnicos referentes aos referidos projetos.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezassete horas e vinte minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA

LIXEIRA NA TRAVESSA DA PALMA

Proposta

9 de Janeiro de 2012

A Travessa da Palma no Centro Histórico de Abrantes é despejo habitual de toda a espécie de lixo e entulhos, provavelmente depositados por algum morador das redondezas, conforme fotos que se anexam.

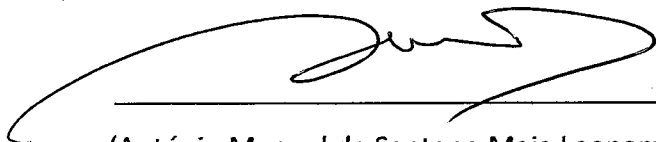


Ora, tratando-se de uma zona nobre da cidade devia haver um especial cuidado para impedir que estes locais se transformem em autênticas lixeiras a céu aberto.

Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

A Câmara deverá diligenciar junto dos serviços municipais e dos residentes daquela zona do centro histórico com vista a impedir que a Travessa da Palma se transforme num local de despejo de lixo e entulho.

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 20/01/2012

Folha : 1

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/01/23

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA		DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA		DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data					Número	Tip	Data
04.01	02000426	2008/02/28	RJE	08003534	2008/11/27	0501334840	CONSTRUTORA-SOC CONST. EMPREITADAS, LDA VALE DE S. DOMINGOS	construção bloco de apartamentos RUA DA ESCOLA ABRANÇALHA DE BAIXO	2012/01/17 Concorde. Proceda-se em conformidade com a informação do Director do DOU.	12000029	DES	2012/01/18
						cm00000264						
04.06	03001067	2003/10/02	APROJESP	00000107	2009/01/08	0504746677	OUTEIRO DAS MOS, INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LDA RUA BASTOS NUNES 42 2º DTO	construção bloco de apartamentos URBANIZAÇÃO DE SANTA LUZIA B14 CHAIÇA		12000022	DES	2012/01/16
						cm00013468						
04.01	04000845	2004/09/07				0503414689	GRUPO ETNOGRAFICO OS ESPARTEIROS DE MOURISCAS ENGRENHAIS FUNDEIROS	construção anexo ENGRENHAIS FUNDEIROS MOURISCAS	2012/01/13 - Determino a deserção do procedimento, em conformidade com o nº 1 do artigo 111º do CPA, bem como o seu arquivamento oficioso. Com conhecimento ao titular do mesmo.	12000023	DES	2012/01/16
						cm00003703	EDIFICIO ESCOLAR					
05.01	05000254	2005/05/28	APROJESP	07003671	2007/11/30	0202125505	JONAO PEDRO BENTO MARQUES BRANCO E OUTRO PRACETA DO ROUXINOL Nº 20-2ºDRTº	reconstrução moradia VIMIEIRO	2012/01/13 - Arquive-se o processo, com conhecimento ao titular do mesmo e ao SFM para efeitos de eventual averiguação sobre as obras executadas.	12000028	DES	2012/01/18
						cm00013927	RINCHOA					
04.06	06000307	2006/04/21	APROJESP	06002952	2007/09/25	0112498728	AMANDIO MENDES DA SILVA RUA DOS TELHEIROS	CONSTRUÇÃO ARMAZÉM CAVETO RUA DO PINHAL COM VIA INDUSTRIAL 2 ZONA INDUSTRIAL SUL	2012/01/16 - Transmite-se a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura, nos termos do nº6 do artigo 20º do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção de 2001 (caducidade operada)	12000020	DES	2012/01/16
						cm00007314	ALFERRAREDE					
06.03	06000822	2006/10/18	RJE	00003104	2006/10/18	0501548548	LUIS AMARAL DUARTE LDA RUA ENGENHEIRO MANUEL	ampliação edifício para habitação/comércio/serviço RUA ENG MANUEL TRAMAGAL	2012/01/16 - Concorde, arquive-se o presente processo, com conhecimento ao seu titular.	12000021	DES	2012/01/16
						cm00011925						
05.01	06000894	2006/11/22	LICOB	06003421	2006/11/22	0155753916	MARIA MANUELA CONCEICAO PEREIRA VALENTIM REPOLHO RUA 1º MAIO, Nº30 3ºDRTº	ampliação moradia RUA DAS AMOREIRAS ALVEGA	2012.01.17:Deferido	12000025	DES	2012/01/18
						cm00012105						

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuje ***

Handwritten signature/initials

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Data : 20/01/2012

Folha : 2

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/01/23

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.01	07000002	2007/01/02	LICOB	07000012	2007/01/02	SANDRA MARGARIDA ROSA GONCALVES RUA DA SOCIEDADE Nº 689	construção anexo Rua da Sociedade nº 689	12000001	DES	2012/01/05
									T E O R	
06.03	08000615	2008/11/12	RJE	06003718	2008/12/26	GEOPER PROD COM BENS EQUIPAMENTOS, S.A ZONA INDUSTRIAL APARTADO 5	transformação edifício industrial ZONA INDUSTRIAL DO TRAMAGAL TRAMAGAL	12000030	DES	2012/01/18
									T E O R	
06.01	09000194	2009/05/15	RJE	09000890	2009/05/15	MANUEL MARIA AMANTE PEIXINHO RUA DO BAIRRO NOVO Nº 54	legalização moradia bifamiliar BAYRO NOVO, Nº 54 CRUCIFIXO	12000027	DES	2012/01/18
									T E O R	
06.01	09000524	2009/10/28	LICOB	09002035	2009/10/28	AZEITES SILVA PEREIRA, S.A. QUINTA DE SÃO JOSE ALFERRAREDE	alteração Comércio AV. Antonio Farinha Pereira - E.N. 244/3 Alferrarede	12000017	DES	2012/01/16
									T E O R	
05.03	10000118	2010/03/23	RJE	10000498	2010/03/29	CONVENSUL-COMPR E VENDA DE SUCATAS, LDA. EN 118- COALHOS	ampliação edifício industrial ESTRADA NACIONAL 118 COALHOS	12000006	DES	2012/01/06
									T E O R	
04.03	10000174	2010/04/28	LICOB	10000719	2010/04/28	ANTONIO ALVES RIBEIRO RUA DA CANICEIRA 185	construção anexo Rua da Caniceira, 188	12000018	DES	2012/01/16
									T E O R	
05.01	10000320	2010/08/03	LICOB	10001368	2010/08/03	ARLINDO MARQUES MAIA ESTRADA NACIONAL 118 CASA BRANCA	alteração Moradia e anexo EN 118 Casa Branca	12000011	DES	2012/01/06
									T E O R	
04.03	10000399	2010/09/21	LICOB	10001685	2010/09/21	RUI PEDRO MARTINS BATISTA RUA DA SOCIEDADE Nº938 CHAINÇA	construção Moradia e anexo Rua Nossa Senhora das Graças Chainça	12000013	DES	2012/01/06
									T E O R	
							2012/01/05: Admita-se a comunicação prévia.			

*** processado por computador ***
*** sistemas InforRje ***

91

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 20/01/2012

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2012/01/23

Folha : 3

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.03	10000455	2010/10/28	LICOR	10001927	2010/10/28	MANUEL NOBRE DE MATOS HEITOR RUA TAPADA DA PEDRA, N.º 39 CABRITO	CONSTRUÇÃO Garagem RUA TAPADA DA PEDRA CABRITO	12000031	DES	2012/01/18
2012.01.17: Aprovação termos propostos.										
04.03	10000528	2010/12/21	RJE	11000824	2011/08/26	PARQUE ESCOLAR E.P.E AV. INFANTE SANTO Nº 2 - 7º ANDAR cm00017180	CONSTRUÇÃO Edifício escolar RUA GENERAL UMBERTO DELGADO ABRANTES	12000024	DES	2012/01/18
2012/01/17 - Proponho superiormente decisão favorável quanto ao sugerido pela S ^a Chefe da DOGU.										
04.01	80000036	2011/05/20	RJE	11000633	2011/06/27	TAPADA & SILVA, LDA. CARVALHAL cm00018900	CONSTRUÇÃO bloco de apartamentos VALE DE RAS - LOTE Nº 3 ABRANTES	12000026	DES	2012/01/18
2012/01/12 - Nada a opor. A consideração Superior.										

*** processado por computador ***
*** sistemas InforUje ***

AP
el